

OS 50 ANOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA E OS REFLEXOS DA LUTA POLÍTICA

César Alessandro Sagrillo Figueiredo¹ 

Resumo: A Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre os anos de 1972 e 1975 e impulsionada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi uma das empreitadas políticas de oposição mais emblemáticas de luta armada no período ditatorial, uma vez que a ação guerrilheira logrou um embate contínuo contra as forças repressivas de grandes proporções no Norte do Brasil. Mediante o exposto, este artigo possui como objetivo principal examinar a Guerrilha do Araguaia e os reflexos advindos dessa epopeia política após o término do conflito. Metodologicamente, tratar-se-á de pesquisa qualitativa, pois visa a reconstituição histórica, por meio de revisão bibliográfica, procurando estudar o tema desde o início dos anos 1960 até os anos recentes. Como resultado, constatamos que o terror de Estado desferido para com as vítimas naquele período continua vicejando até o presente, sobretudo pelas limitações impostas durante a condução da Justiça de Transição brasileira, como consequência, ocasionando debilidades na busca efetiva por reparação, memória, verdade e justiça.

Palavras-chave: Estudo Partidário. Guerrilha do Araguaia. Justiça de Transição.

50 YEARS OF THE ARAGUAIA GUERRILLA AND THE REFLECTIONS OF THE POLITICAL STRUGGLE

Abstract: The Guerrilha do Araguaia, which took place between 1972 and 1975 and promoted by the Communist Party of Brazil (PCdoB), was one of the most emblematic policies of opposition to the armed struggle in the dictatorial period, since guerrilla action reached a continuous confrontation against large-scale repressive forces in northern Brazil. Based on the above, this article aims to examine the Guerrilha do Araguaia and the consequences arising from this political epic after the end of the conflict. Methodologically, it will be qualitative research, since its objective is the historical reconstruction, through bibliographic review, seeking to study the subject from the beginning of the sixties to recent years. As a result, we found that the State terror inflicted on the victims in that period continues to flourish until the present day, mainly due to the limitations imposed during the performance of the Brazilian Transitional Justice, as a consequence, causing weaknesses in the effective search. for reparation, memory, truth, and justice.

Keywords: Party Study. Araguaia Guerrilla. Transitional Justice.

50 AÑOS DE LA GUERRILLA DE ARAGUAIA Y LOS REFLEJOS DE LA LUCHA POLÍTICA

Resumen: La Guerrilha do Araguaia, que tuvo lugar entre 1972 y 1975 e impulsada por el Partido Comunista de Brasil (PCdoB), fue una de las políticas más emblemáticas de oposición a la lucha armada en el período dictatorial, ya que la acción guerrillera alcanzó un enfrentamiento continuo, contra fuerzas represivas a gran escala en el norte de Brasil. Con base en lo anterior, este artículo tiene como objetivo examinar la Guerrilha do Araguaia y las consecuencias derivadas de esta

¹ Doutorado em Programa de Pós-graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente em Ciência Política no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

epopeya política después del final del conflicto. Metodológicamente, será una investigación cualitativa, ya que su objetivo es la reconstrucción histórica, a través de la revisión bibliográfica, buscando estudiar el tema desde el inicio de los años sesenta hasta los últimos años. Como resultado, encontramos que el terror de Estado infligido a las víctimas en este período continúa floreciendo hasta la actualidad, principalmente debido a las limitaciones impuestas durante la actuación de la Justicia Transicional brasileña, como consecuencia, provocando debilidades en la búsqueda efectiva. por la reparación, la memoria, la verdad y la justicia.

Palabras llave: Estudio de partidos. Guerrilla de Araguaia. Justicia transicional.

Introdução

O evento da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), ocorrido no Norte do Brasil, mais precisamente no sudeste do Pará, foi um dos conflitos políticos mais marcante de enfrentamento à ditadura civil-militar brasileira² (1964-1985), pois foi uma das únicas ações de enfrentamento direto à ditadura no campo. O ambiente rural foi a área escolhida por muitas organizações políticas como palco da luta; contudo, somente foi efetivado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Além desse fato político original, igualmente, a importância se dá pela forma empreendida de embate e pelo apoio sistemático da população na área estratégica, fato este que proporcionou uma sobrevivência da guerrilha, mesmo com todo o empreendimento repressivo desferido pela corporação militar.

Mediante o exposto, este artigo possui como objetivo principal examinar a Guerrilha do Araguaia e os reflexos advindos dessa epopeia política. Em face de ser um tema extremamente complexo, bem como em virtude do tempo transcorrido, foi preciso refinar o artigo de acordo com os seguintes objetivos específicos, quais sejam: 1) analisar a conjuntura política do período imediatamente anterior à guerrilha, justamente para entender a opção política e a linha tático-estratégica adotada pelo PCdoB; 2) compreender como foi procedido o combate na Guerrilha do Araguaia, sobretudo com vista a entender como foi feita a escolha da região, a adaptação dos combatentes e a luta desferida; e 3) verificar o que aconteceu com a área conflagrada e seus personagens, principalmente com o intuito de estudar como foi a luta dos familiares, do partido e dos camponeses com vista a buscar a reparação, a justiça, a verdade e o direito à memória das vítimas.

² Utilizamos conceitualmente ao longo do artigo o termo “civil-militar” ao nos referenciarmos ao período ditatorial brasileiro. Apenas o termo genérico “ditadura militar” tende, nos embates pela construção da memória coletiva, a isentar parcelas importantes da sociedade civil que participaram, inclusive com auxílio financeiro, na gênese do golpe e manutenção da ditadura, desta forma, reiteramos o aporte do termo civil-militar para demonstrar, principalmente, o caráter de classe do golpe e da ditadura.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um trabalho qualitativo, pois visa à reconstituição histórica, por meio de revisão bibliográfica, e ao estudo do tema desde o início dos anos 1960 até os anos recentes. Para a consecução deste artigo, portanto, trabalharemos com as bibliografias referentes aos elementos mais significativos dos contextos internacional e nacional acerca do tema. Buscando atingir os objetivos propostos, igualmente analisaremos os documentos partidários e os *sites* da internet relacionados.

O PCdoB nos anos 1960: conjuntura e práxis política

Para analisar a ação empreendida pelo PCdoB na denominada Guerrilha do Araguaia, no início dos anos 1970, primeiramente, devemos ter em tela a política partidária desenvolvida pela organização comunista que deu curso para a linha tático-estratégica empregada pela Guerrilha. Convém realçar que, no curso dos anos 1960, aconteceu uma grande secção dos comunistas brasileiros herdeiros do velho tronco partidário, fundado em 1922. Consequentemente, deu origem a duas organizações comunistas no cenário político nacional e com respaldo no plano internacional.

Numa seara, tínhamos o Partido Comunista Brasileiro (PCB), como produto da secção majoritária, que, em virtude dos reflexos do V Congresso de 1960, decidiu mudar o estatuto e o programa partidário original, com vista a atrelar a sua linha ao quadro da grande política nacional. No plano internacional, o PCB aderiu aos ditames do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), visando a uma transição pacífica ao socialismo, conforme emanado por Moscou.

Em agosto de 1961, contrariando as decisões do Congresso, sob o pretexto de obter a legalidade do partido, decidiram criar um novo partido. Era posto de lado o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Em seu lugar surgia o Partido Comunista Brasileiro. Foi retirado de seu estatuto que o partido se orientava pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário (AMAZONAS, 1990, p. 246).

Noutro polo emergiu o Partido Comunista do Brasil, conservando o nome original e mantendo o mesmo programa, sendo reorganizado num Congresso extraordinário em 1962 com a sigla PCdoB, pois não aceitou essa opção pacifista e tampouco acreditavam numa aliança com a burguesia nacional com o intuito de uma transição reformista para atingir o poder. Nesse percurso, a maioria dos militantes aderem ao PCB e tendo apoio

da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), logo, sobrando pouco poder de barganha no plano internacional para os militantes do PCdoB reorganizado. Num primeiro momento, a direção partidária do PCdoB tentou almejar o apoio do PCUS, sendo rechaçado pelos seus jornais oficiais e condenando, inclusive, o Partido Comunista da China (PCCh) de fomentar rupturas no seio do comunismo internacional (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, 2000).

Conforme exposto, as rupturas na esquerda nacional recebiam fortemente o impacto das fraturas internacionais e que fomentavam a divisão da esquerda, desde o ano de 1956 em virtude do XX Congresso do PCUS e dos crimes atribuídos a Stalin revelados neste Congresso. Nesse cenário em crise, mantinha-se como força hegemônica a URSS e o seu partido PCUS, ao mesmo tempo, emergia no polo oponente a figura de Mao Tse Tung como dirigente máximo do PCCh, vindo a influir com vigor na política comunista a partir desse período, precisamente a partir dos anos 1960 com a Revolução Cultural e com a política implementada pelos chineses, sendo denominado esse modelo como maoísmo. Isso posto, na visão dos que aderiam a linha chinesa a consideravam-na como sendo uma continuidade, tanto no plano tático-estratégico quanto teórico, dos legados de Marx, Lenin e tendo nessa quadra histórica Mao Tse Tung como o grande timoneiro da revolução mundial³.

Como houve a blindagem do PCdoB pela URSS e, por conseguinte, a continuidade do alinhamento de Moscou ao PCB como partido oficial, conseqüentemente, começou a ocorrer uma aproximação “natural” dos pcedobistas com a China comunista objetivando construir enlace e acordos, bem como estratégias políticas comuns. Nesse sentido, a partir dos anos 1960, o PCdoB passou a incorporar uma linha tática-estratégica de Revolução Popular Prolongada, aos moldes do que ocorrera com a Revolução Comunista Chinesa eclodida em 1949. Em tempo, guardando as ressalvas necessárias, sublinhamos que a política teria nítidas inspirações maoísta, entretanto, conforme estudo partidário iria se dar de acordo com as características nacionais e respeitado o lócus onde se daria o palco principal de luta. Assim, com o intuito de estreitar os laços, a direção do PCdoB no imediato começou a enviar seus militantes para a China mirando o treinamento político e militar.

³ Segundo Daniel Aarão Reis Filho (1991, p. 107), a fim de se compreender o estudo do maoísmo devemos, primeiramente, considerá-lo “como estratégia revolucionária para a tomada do poder na China, e [...] como uma aplicação criadora do marxismo-leninismo às condições históricas chinesas”; e, posteriormente, “o maoísmo surgirá como uma proposta original de construção do socialismo na China, convertendo-se [...] novamente, em modelo revolucionário mundial” (IDEM, p. 107).

Entretanto, a condução das diretrizes políticas do PCdoB ainda iria passar por forte impacto e desafios, assim como para toda a esquerda do início dos anos 1960 em virtude do Golpe Civil-Militar instaurado em abril de 1964. Devemos grifar que a ruptura institucional não ocorreu de modo abrupto, uma vez que já vinha sendo gestado a longo prazo pela elite política nacional e internacional, principalmente com grande força e conluio das forças armadas.

Os golpistas tinham como intuito derrubar o governo nacionalista e progressistas de João Goulart (1961-1964), que foi vice-Presidente na gestão de Jânio Quadros eleito em 1960, contudo, após Jânio renunciar à presidência em 1961, com muita relutância da elite política, Goulart tomou posse em 1961 dentro de um clima político extremamente belicoso. Desta forma, com a instauração da ditadura civil-militar (1964-1985), por um lado, soterrava a política pacifista e do atrelamento das ilusões do PCB com a burguesia nacional, por outro lado, justificaria como mais vigor como plenamente acertada a linha do PCdoB de Revolução Popular Prolongada.

Nesse cenário, portanto, a opção programática vislumbrada pela militância pedecobista respondia perfeitamente aos rumos irruptivos da política nacional, haja vista que não havia confiança numa transição pacífica para chegar ao poder, assim e buscando respostas ao momento histórico, a opção armada era considerada a linha tática-estratégica mais acertada tanto para romper com a ditadura civil-militar como para chegar ao socialismo. Porém, a ditadura vinha a estreitar o regime paulatinamente e editando os Atos Institucionais, sendo um dos mais emblemáticos o AI-2 de 1965, que instituía o fim do pluripartidarismo, a extinção dos demais partidos, cassações sistemáticas de opositores colocando-os na ilegalidade e impondo somente duas organizações partidárias: 1) Movimento Democrático Nacional (MDB), partido de oposição consentida; e, 2) Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio à ditadura civil-militar (KINZO, 1988).

Ou seja, nesse complicado jogo político que se desenhava nos grandes centros urbanos, o PCdoB agiria com a discrição exigida pela clandestinidade e daria mais força para sua linha política de revolução, tendo o campo como seu palco estratégico principal de luta, de acordo com os moldes chineses. Conforme documentação partidária, enfatizamos que o PCdoB, de fato, iria incorporar as influências maoístas a partir da 6ª Conferência de 1966, quando aprovaram o documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonista* (2000):

A concepção da guerra popular pressupõe intenso trabalho político e de organização entre as massas. Implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo. Envolve a compreensão de que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário principal dos choques armados é o interior do país e que a luta será dura e prolongada. (PCdoB, DOCUMENTOS HISTÓRICOS, p. 112).

É importante destacar que, nesse percurso, o partido começou a enviar seus militantes para a área rural escolhida, sendo que alguns deles vinham diretamente da China após o treinamento militar. O lócus escolhido foi o sudeste do estado do Pará, mas também havia o deslocamento de quadros militantes para localidades no Norte do atual estado do Tocantins e para o sudoeste do Maranhão, servindo estes dois estados como área de apoio e recuo, logo, ficando como palco de luta escolhida exclusivamente o Pará. Destacamos que os primeiros militantes a chegarem na região ainda não trabalhavam politicamente com a população, pois era necessário, primeiramente, seguir as máximas do maoísmo. Era imperioso viver e sofrer como camponês, almejando o apoio efetivo e a identificação da população, politizando-os *pari passu* e no curso do embate a ser empreendido. De acordo com os ditames do maoísmo:

[...] a perspectiva de guerra de longa duração, acumulando forças a partir das bases revolucionárias situadas em regiões “fronteiriças”, de difícil acesso, a estratégia do cerco das cidades pelo campo, a luta pela obtenção da mais perfeita sintonia com as aspirações populares (o guerrilheiro deve operar junto às massas como um peixe na água) (AARÃO REIS FILHO, 1991, p. 116).

Ainda, torna-se relevante enfatizar que a corporação militar foi aprofundando a repressão ao longo dos anos 1960 e, ao mesmo tempo, começou a ocorrer uma oposição sistemática ao regime, não por parte do partido legal que se institucionalizou em 1966, mas pelo empenho da juventude estudantil que se tornariam, portanto, os grandes protagonistas do período. Ou seja, podemos afirmar que a juventude universitária, nos anos 1960, passou a ser os grandes atores políticos do período e, conseqüentemente, afluíram uma quantidade significativa de novos militantes a fim de adensar o embate contra a ditadura. Destacamos, por exemplo, a realização dos congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE) como um dos pontos principais do diálogo estudantil, a exemplo do emblemático congresso da UNE, realizado em 1968, na cidade de Ibiúna/SP, que foi detectado pela repressão que acabou prendendo todas as lideranças universitárias, gerando severas conseqüências à mobilização estudantil.

No caudal da repressão, e no transcurso do mitificado ano de 1968, houve o AI-5, que grassou o Brasil com a sanha de mais um ato do comando militar; esse decreto visava, ainda, a uma maior asfixia do País, inclusive com a extinção do instrumento jurídico do *habeas-corpus*. Em linhas gerais, a ditadura se petrificava sob um manto de prisões, torturas e assassinatos; grifamos que, a partir do AI-5, foi legalmente instituída a pena capital para condenar os inimigos do regime. Sobrava pouco espaço para uma política efetiva de oposição nas cidades, e a vida cotidiana nos centros urbanos passava a sofrer as agruras de uma polícia política altamente persecutória e repressiva com a criação dos Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Então, uma das parcelas que mais sofreu o impacto desse arroxado do regime foi, justamente, a juventude universitária intelectualizada, que teve de passar, no imediato do AI-5, à clandestinidade com o objetivo de salvaguardar suas vidas, uma vez que as forças armadas prendiam e assassinavam. Nesse cenário, o palco de luta escolhida pelo PCdoB, no sudeste do Pará, acabaria, por motivos naturais, sendo um refúgio para essa juventude se resguardar do terror do Estado. O partido oferecia a área de luta, expondo politicamente os documentos já previamente conhecidos pelos militantes e avisando que seria uma ida sem volta, pois precisavam manter a região no mais absoluto sigilo.

Aqui, torna-se importante enfatizar que outras organizações vieram a adensar as hostes peucedobistas, destacamos que parcelas do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mais um racha do PCB que se fragmentava pela política reformista, afluem para o PCdoB naquele momento (GORENDER, 2014). Também destacamos os contingentes expressivos de militantes da Ação Popular (AP), principal organização estudantil de massa dos anos 1960, que compunha a direção da UNE, que optaram pelo PCdoB como organização oficial de oposição clandestina. Relevante sublinhar que a AP, na sua origem uma organização progressista cristã, no curso de luta dos anos 1960 também tinha aderido ao maoísmo. O PCdoB era o partido coirmão do PCCH, logo, almejava-se uma aproximação entre as duas organizações no plano nacional, uma vez que, no âmbito internacional, já tinha o amparo do governo chinês.

Não obstante, as discussões realizadas na clandestinidade eram por demais perigosas, já que o momento não era propício para a realização de grandes assembleias com a militância, precisamente em face da severa clandestinidade. Embora com grandes dificuldades, evidenciamos que, a partir da incorporação da AP pelo PCdoB, muitos dirigentes apistas passaram a fazer parte do Comitê Central Comunista (ARANTES;

LIMA, 1984). A fusão das instâncias políticas precisou ter uma rápida resolução, haja vista que eclodira, no sudeste do Pará, a Guerrilha do Araguaia. Em síntese, o momento urgia, imperiosamente, uma deliberação política que cerrasse fileiras no combate à ditadura civil-militar e, por consequência, o pleno apoio político ao movimento que colocava em chamas o sudeste paraense.

A Guerrilha do Araguaia (1972-1975): a luta e os combatentes

Conforme exposto, com o acirramento das lutas na cidade e com a asfixia completa da ditadura civil-militar, o Araguaia acabaria se tornando quase que um refúgio para proteção dos militantes caçados nos grandes centros, sobretudo das lideranças estudantis perseguidas e fichadas em virtude do Congresso de Ibiúna. Assim sendo, essa primeira etapa de chegada na região seria um momento de mapeamento com o objetivo de conhecer a área e a população camponesa, e, conseqüentemente, compreender as dinâmicas ambientais e o palco onde se desenvolveria o estopim revolucionário. O objetivo era colocar em xeque a ditadura civil-militar a partir do embate empreendido nas selvas amazônicas.

No tocante ao espaço, grifamos que era um território ainda inóspito e desprovido do apoio do Estado nos elementos mais básicos, como saúde, educação e segurança. Era uma região para a qual havia uma constante migração populacional, que afluía com vista a construir frentes de trabalho agrícolas. Tal fato facilitava, de certa forma, a vida dos militantes comunistas que não precisavam justificar os reais motivos que os levaram ao Pará. Mas, em face desse fluxo migratório, e da ausência efetiva da presença do Estado, por razões óbvias, acabava se tornando uma área com graves conflitos de terra e de grilagem provocados pelos latifundiários (PORTELA, 1980; CAMPOS FILHO, 2014).

Os quadros do PCdoB, calculados em torno de mais de 60 militantes, dividiram-se em três destacamentos no sudeste do Pará: 1) o destacamento A, próximo a São João do Araguaia; 2) o destacamento B, às margens do rio gameleira, entre Palestina do Pará e São Geraldo; 3) o destacamento C, pouco abaixo de São Geraldo. Embora sendo provenientes de diversos estados, recebiam a alcunha de paulistas. A fim de dar a consecução da empreitada, dividiam suas ações, de maneira disciplinada, na seguinte jornada: 1) trabalhavam na terra como lavradores para sua subsistência, em conjunto com a população local, de modo a manter na clandestinidade das suas reais intenções; 2) em caráter mais resguardado, efetivavam um exercício militar contínuo, visando ao

conhecimento da área e ao mapeamento da região amazônica; realizando treinamento de armas; demarcando lugares de recuo; construindo silos e elaborando demais estratégias militares ao antever um conflito armado.

Embora com a severa clandestinidade de suas identidades, assim como dos objetivos finais e estratégicos de lutas para a região, os militantes comunistas passaram a ajudar a população nas instâncias mais carentes — especialmente onde faltava o amparo do Estado — por exemplo, na educação e na saúde. Enfatizamos a importância do médico João Carlos Haas Sobrinho junto à saúde da população local, assim como dos demais futuros guerrilheiros que realizavam alfabetização, auxílio em partos, curas de doenças etc. Em síntese, mesmo com a fachada legal de camponês, ainda auxiliavam a população local por meio de suas expertises universitárias, outrora abandonadas nos grandes centros em face do terror ditatorial, isso posto, tal apoio posteriormente seria de fundamental importância para o momento em que haveria a deflagração efetiva da guerrilha.

Essa vida dupla iria transcorrer de modo relativamente harmônico até o momento em que foram detectados pelas forças repressivas em abril de 1972. Quanto à descoberta da área principal, podemos dizer que foi fruto de um processo longo de investigação das forças armadas, sobretudo de confissões extraídas sob tortura de presos políticos nos grandes centros urbanos, fazendo com que a repressão puxasse o fio da meada e chegasse ao Araguaia. Ainda, sublinhamos que as forças militares já vinham operacionalizando investigações sistemáticas e mapeando a área. Uma das primeiras ações de rastreamento foi a Operação Mesopotâmia, em 1971, que resultou na prisão de militantes da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) nas cidades de Imperatriz e Porto Franco no Maranhão (CHACEL, 2012), mais adiante, foi identificada a presença de militantes do PCdoB nas cidades de Porto Franco e Xambioá/TO e, posteriormente, definitivamente detectada a tentativa de implementação de guerrilha nos povoados do sudeste do Pará.

Ao chegar na área, as forças armadas implementaram, de imediato, um grande terrorismo contra a população local, especialmente na cidade de Xambioá/TO, e, com grande ferocidade, junto aos camponeses do Pará que viviam próximos aos guerrilheiros. Denunciavam os militantes do PCdoB como sendo terroristas e perigosos comunistas para uma população incrédula que, sem entender, desconheciam completamente os conceitos do marxismo-leninismo e as demais descrições do que seria um comunista. Além do desconhecimento sobre esses conceitos, pesava em favor dos militantes do PCdoB o trabalho sistemático de apoio e assistência que os paulistas desempenharam com a

população local desde 1966; ou seja, na visão da população, nunca poderiam ser terroristas, já que eram considerados pessoas de grande valor para a comunidade local.

Dessa forma, objetivamente, terrorista seria apenas o exército, que, ao chegar nas localidades, destruía roças e queimava a produção agrícola com vista a sustar o apoio dos camponeses aos guerrilheiros, assim como prendiam sem distinção a população local acusando-os de cúmplices e apoio à guerrilha:

De qualquer forma, esse trabalho mal iniciado foi interrompido com o começo da Guerrilha, em abril de 1972. As massas camponesas, em decorrência disso, com poucas exceções, ficaram inseridas num movimento de grandes proporções políticas e militares, sem ter noção, até aquele momento preciso, do que estava acontecendo. Desconheciam, portanto, qualquer motivo que justificasse a presença de um número tão grande de soldados na região. Sequer podiam entender por que eram chamados de terroristas e subversivos pessoas que mereciam deles alta consideração (CAMPOS FILHO, 2012, p. 128).

Conforme explicitado, reiteramos que os camponeses nunca tiveram, de fato, conhecimento da totalidade do que pretendiam os militantes comunistas, pois o conflito não era para ser eclodido naquele momento. Melhor dito, ainda esperavam um longo processo de gestação: 1) primeiramente, deveria haver o conhecimento da área e o efetivo treinamento dos futuros guerrilheiros; 2) em um segundo plano, fariam uma preparação política junto à população de modo a granjear apoio, e arregimentar forças e treinamento; 3) por fim, partiriam para a luta em conjunto com as forças guerrilheiras, erigidas em comunhão orgânica entre os militantes e camponeses.

As forças armadas, ao chegarem no início do processo, com certeza romperam com essa preparação política que ainda não tinha começado em definitivo. Porém, mesmo com poucas reservas, os guerrilheiros conseguiram arregimentar apoio local, justamente pelo prévio trabalho em caráter assistencial desenvolvido com a comunidade. Em posição contrária, os militares, mesmo com um grande destacamento bélico, não conseguiram ter sucesso na primeira investida, pois o contingente guerrilheiro estava regularmente treinado. Muito diferente do exército que, durante a primeira campanha, chegava despreparado e sem conhecimento das reais condições da selva amazônica (especialmente da natureza extremamente inóspita para soldados rasos) sem o devido conhecimento espacial e sem saber em que tipo de luta estavam inseridos.

Além da violência desferida aos guerrilheiros, com igual intensidade, as forças armadas prendiam de maneira indiscriminada os camponeses sob suspeita de colaborarem com a guerrilha, fato esse que possuía uma certa veracidade. Mesmo tendo informação

que atestasse o desconhecimento efetivo do grande quantitativo da população, de qualquer modo não abrandavam a violência aos camponeses. Convém realçar que as situações de extrema violência deflagradas atingiam todas as famílias; muitos camponeses eram convocados à força para trabalhar como mateiro no meio da floresta para identificar localidades, acampamentos guerrilheiros e, sob coação, servir como guia no meio de uma ação de conflito armado.

De acordo com os estudos, toda a região do sudeste do Pará ficou conflagrada, como se fosse uma área de guerra e com aspecto de campo de concentração: ninguém podia entrar nem sair, pois todos eram suspeitos (FIGUEIREDO; GOMES, 2020). Do mesmo modo, uma grande área espacial no entorno da guerrilha foi ostensivamente ocupada pela forte presença militar e a violência explícita perpetrada à população, circunscrevendo essa zona entre os limites das cidades de Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA. Destaca-se, ainda, que a cidade de Xambioá/TO, por sua proximidade com o campo de luta (assim como Marabá)⁴, funcionou como centro de detenção e tortura, conseqüentemente, aterrorizando todos os moradores locais com a violência desferida - sem que as forças militares tentassem esconder as torturas que aconteciam com os camponeses presos sob suspeita de colaboração ou com os guerrilheiros capturados durante os combates: a tortura era explícita para toda a população; uma forma de impor medo pelo terror.

Especificamente quanto aos guerrilheiros presos e torturados na primeira fase de investigação para averiguar os propósitos militares do PCdoB, mesmo com o terror explícito não foi desferida uma aniquilação física sistemática, pois essa prática foi implementada pelos militares a partir do ano de 1973 nas outras operações da campanha militar. Reiteramos que os militares não tiveram um grande sucesso nas primeiras campanhas, ao longo do ano de 1972, o que, de certa forma, possibilitou que as forças guerrilheiras se organizassem com vista a um combate mais efetivo, igualmente, os guerrilheiros tentariam politizar e granjear um apoio mínimo junto à população camponesa. Para tanto, mesmo com mortes, prisões e perdas materiais, visaram implementar uma política que respondesse às necessidades mais prementes dos

⁴ Em Marabá, de acordo com os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV/2011), foi denunciado a existência do centro de tortura denominado de Casa Azul, nome dado durante o enfrentamento. Situada em Marabá, às margens do Rio Itacaiúna, onde funcionava o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER, foi utilizada como base militar e considerada pela Comissão Nacional da Verdade como um dos locais onde aconteceram os piores atos de violação dos direitos humanos durante a ditadura militar, sendo o local onde os presos políticos eram torturados.

camponeses, estrategicamente almejando apoio, conforme documento elaborado pela Comissão Político Militar editaram a *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* (2000) e sentenciam:

O interior somente poderá sair da situação atual quando fizer uma revolução popular que liberte o Brasil de todos os obstáculos de seu progresso e se crie um governo realmente do povo. Então mudará para sempre a vida do país. Os camponeses terão direito a terra, os operários lograrão trabalho e melhores condições de vida, os jovens poderão adquirir instrução, todos os brasileiros gozarão de plena liberdade. O Brasil avançará para um futuro melhor. E o interior conhecerá dias de prosperidade e bem estar geral (PCdoB, DOCUMENTOS HISTÓRICOS, p. 197-198).

A fim de estabelecer um melhor diálogo e a adesão da população, nesse documento foram elaborados os 27 pontos da *União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* (UDLP). Esses pontos convergiam à reflexão política tanto dos anseios da população camponesa quanto da política do PCdoB, assim, servindo como documentos que visavam à aderência da população campesina na luta guerrilheira empreendida: “É hora da decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de pôr fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros [...]. A revolução abrirá o caminho para uma nova vida.” (IDEM, 2000, p. 201). Contudo, mesmo com relativo sucesso e apoio singelo da população, bem como adesão de alguns camponeses efetivamente à Guerrilha, a jornada de luta definharia com o tempo.

Sumarizando, podemos definir os seguintes encadeamentos que, combinados, decretaram o fim da guerrilha: 1) na cidade, a repressão conseguiria detectar os elementos que ligavam o Comitê Central (CC) do partido à guerrilha, matando Carlos Danielle (BERTOLINO, 2002) e, conseqüentemente, seccionando as ligações do CC com a área; 2) após as primeiras fracassadas incursões das forças armadas, os militares deram um recuo tático e passaram a fazer um trabalho sistemático de investigação e levantamento do território; 3) nesse momento, iriam desferir o golpe fatal na Guerrilha e matar parte da Comissão Militar que se reunia com os guerrilheiros, solapando, de fato, uma tentativa de reunião sobre os caminhos da empreitada guerrilheira.

A partir dessa ação militar, em dezembro de 1973, que resultou na morte de muitos quadros guerrilheiros, sobrou apenas um pequeno contingente de combatentes dispersos na selva amazônica e com pouca unidade de ação. Com a área principal como se fosse um Campo de Concentração, assim como tendo o entorno todo conflagrado, como consequência geraria uma caçada implacável aos últimos guerrilheiros vivos ao longo do

ano de 1974 — naquele momento, sem muito poder de fogo. Em síntese, assim como definhava o efetivo guerrilheiro, de igual modo se exauriam as forças físicas dos combatentes dispersos e assolados por fome, malária e demais doenças endêmicas da região amazônica. Sobrava pouco da guerrilha e da epopeia do PCdoB.

Mesmo com um número ínfimo de militantes, a caçada feroz continuava com as campanhas das forças armadas e sem cessar fogo. A partir de 1973, o alto comando militar desferiu uma sentença implacável: não queria nenhum sobrevivente do conflito, e todos capturados deveriam ser mortos e desaparecidos (GASPARI, 2002). De acordo com a política do período, a censura reinava em todo o País e, de forma alguma, poderia ser ventilado pela imprensa nacional que, em numa região remota do Brasil, estivesse havendo com relativo sucesso (em face da continuidade sem recuo) uma oposição armada contra a corporação militar. Em caráter definitivo, o Araguaia deveria ser exterminado e mantido no mais absoluto sigilo, e todas as atrocidades cometidas contra os guerrilheiros e a população local deveriam ser sumariamente esquecidas.

Os requintes da crueldade implementada pelas forças armadas, nos momentos finais do embate, são amplamente conhecidos pela bibliografia do tema, também nos documentos oficiais partidários e, *a posteriori*, produzidos pela Comissão Nacional da Verdade⁵ (CNV/2011). O aniquilamento físico foi a senha final para todos os combatentes que sobreviveram até 1974. Registramos, por exemplo, a morte de Osvaldo Orlando da Costa (o mitificado comandante Osvaldão), um dos primeiros militantes a chegar em 1966, diretamente da China, é dito que o seu corpo foi amarrado em um helicóptero - exposto para intimidar uma população aterrorizada e já extremamente traumatizada por tanta dor infligida pelo exército. Ainda, torna-se imperioso o registro de que o terrorismo não foi somente desferido aos guerrilheiros e camponeses adultos, mas também foi destinado às crianças, que foram identificadas como possíveis filhos de guerrilheiros, sendo alvo de sequestros - até o presente momento sem explicações ou nota oficial, mantendo a ocultação intencional dos seus destinos pelas forças militares (REINA, 2019).

⁵ A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV/2011) é entendida como uma política pública de memória, elaborada pelo Estado brasileiro no âmbito da Justiça de Transição” através da **Lei n. 12.528**, de 13 de novembro de 2011 durante o ciclo petista (2003-2016), sendo um desdobramento de um debate que se iniciou em 2008, durante a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos. Torna-se pertinente enfatizar que a Comissão Nacional da Verdade já nasceu sob a insígnia que não iria discutir e tampouco criminalizar os crimes da ditadura, pois já nascia pactuada e que não iria mexer com os protocolos da Anistia (1979), principalmente os seus crimes conexos. Mesmo assim, houve severos joga de força para a sua aprovação pelo legislativo, sobretudo pela oposição que enfatizava não ser necessário mexer numa ferida que já estava cicatrizada (BAUER, 2015).

No segundo semestre de 1974, a guerrilheira Walkiria Afonso Costa foi a última guerrilheira capturada; após tortura, foi assassinada e teve seu corpo desaparecido. Com o final dos combates, os militares realizaram a denominada Operação Limpeza, em 1975, justamente com o objetivo de limpar a área do conflito, ocultar o que ocorreu e dar um fim efetivo aos vestígios dos corpos dos guerrilheiros, para que fossem, definitivamente, considerados desaparecidos políticos. Como resultado da ação militar empreendida, o PCdoB possui o maior quantitativo de desaparecidos políticos entre as vítimas da ditadura civil-militar, sendo registrado esses desaparecimentos especificamente nos anos de combate entre 1972 e 1974.

Embora com prisões, assassinatos e ocultação de cadáveres, para a ditadura o evento do Araguaia ainda não tinha tido o seu fim, mesmo com a Operação Limpeza. Segundo o alto comando militar, ainda era necessário cortar o cérebro do PCdoB; melhor dito, era necessário prender o Comitê Central e assassinar os últimos sobreviventes da direção que tinham conseguido evadir a região do conflito. Em dezembro de 1976, em uma reunião do CC em que iriam ser discutidos muitos dos caminhos do Araguaia, além de questões específicas partidárias, a casa onde o CC se reunia foi detectada por meio da infiltração de um delator presente na reunião. Como resultado, parte do CC foi presa e alguns dirigentes foram sumariamente mortos. Definitivamente, os militares mataram Ângelo Arroyo, o último comandante político que conseguiu sair vivo do Araguaia. Com o assassinato de Arroyo e a prisão do CC, em caráter final, a ditadura considerou encerrada a Guerrilha do Araguaia por meio da caçada final que ficou conhecido como Chacina da Lapa (SOUSA, 2006; POMAR, 1987).

Reflexos da Guerrilha: a região, as famílias e os camponeses

Reiteramos que, após o término do conflito não cessou a violência da corporação militar em virtude dos desdobramentos da Guerrilha do Araguaia. No campo a agudeza implacável continuava na região, pois mesmo tendo a Operação Limpeza colocado uma pá de cal nos eventos da Guerrilha, entretanto, manteve naquele locus um clima de constante terror para com a população campesina, com vistas monitorar sistematicamente toda a área e evitar qualquer tentativa de um novo levante guerrilheiro. Melhor dizendo, continuaram coagindo e monitorando a população local para que não fosse seguido o exemplo do PCdoB e fosse inibida a germinação dos frutos da política dos 27 pontos da *União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* (UDLP).

Esse espaço, no Norte do Brasil, foi continuamente mantido como área de segurança nacional, de acordo com o enfatizado comportando, desde esse período, o 50º Batalhão de Infantaria da Selva de Imperatriz e o 52º Batalhão de Infantaria da Selva de Marabá. Além dessa ostensiva força militar em todo entorno do palco da guerrilha, a ditadura civil-militar brindou o Major Sebastião Curió, militar responsável pela aniquilação final da guerrilha, com o comando político da região. E, mais especificamente, deu a Curió de presente a responsabilidade da maior jazida a céu aberto do mundo entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, conhecida como Serra Pelada, local de extração de minério no sudeste do Pará, exatamente nas proximidades de onde havia ocorrido o conflito armado. Nessa trilha, além de ter o poder militar e econômico, Curió se transformou em um grande expoente político na região: batizou uma cidade com o seu nome como forma de homenagem, a denominada Curionópolis (CAMPOS FILHO, 2014).

Destaca-se também que muitos dos mateiros armados pelo exército para caçar guerrilheiros foram presenteados com lotes de terra, impulsionando, portanto, com mais vigor o conflito por terra na região. Assim, muitos dos camponeses expulsos de suas terras, sob a acusação de ter colaborado com a guerrilha, não puderam voltar para suas roças de origem, e esses lotes foram distribuídos, precisamente para os que colaboraram com a corporação militar. Conforme podemos verificar, esse ambiente altamente conflitivo gerou, na sequência imediata, mais lutas pela terra entre a população local expulsa e os agentes da repressão, estimulando mais um dos tantos conflitos nesse espaço da Amazônia (CAMPOS FILHO, 2014) e, conseqüentemente, consagrando em definitivo esse lócus incluso no Mapa da Violência do Brasil.

Quanto aos guerrilheiros, nos anos que seguiram a guerrilha, houve a tentativa sistemática das famílias em buscar notícias sobre os seus parentes desaparecidos no Araguaia. Mediante relatos, mesmo com morte presumível, muitas famílias ainda possuíam um fio de esperança de que os seus familiares retornassem, haja vista nunca receberam nenhum vestígio físico do corpo para realizar os ritos fúnebres. Contudo, a partir da autoanistia,⁶ instituída pelos militares em 1979 (BRASIL, 1979), essas famílias,

⁶ Para efeitos teóricos e empíricos, consideramos como autoanistia, justamente em face que proporcionou uma volta segura aos quartéis à corporação militar, mas manteve ainda na cadeia um número de presos políticos em virtude da tipologia dos crimes cometido, bem como não permitiu a volta de alguns exilados políticos. Conforme a redação, estendia a anistia para os militares em virtudes dos denominados crimes conexos, assim sendo, anistiava de igual modo a corporação militar. Interpretação essa que será amplamente discutida *a posteriori* em face dos crimes da ditadura e da tentativa sem sucesso da revisão da anistia

de fato, selaram o luto, uma vez que seus parentes não voltaram e se exauriu a esperança de um possível retorno. Seria a fase de transformar a dor e o luto em objeto de luta política, tentando elucidar os fatos sobre o que aconteceu com seus entes queridos nas selvas amazônicas.

Um dos primeiros livros de grande circulação nacional que traz à tona o que aconteceu na região foi o de Fernando Portela, *Guerra de Guerrilhas no Brasil* (1979). Nessa obra, muitas famílias puderam ver o que possivelmente teria acontecido com os seus familiares, pois, além das descrições acerca da guerrilha, também apresentava ao grande público um dos primeiros quadros organizados com a fotografia dos guerrilheiros desaparecidos. Do mesmo modo, ainda dentro da clandestinidade, o PCdoB começou a se debruçar sobre a guerrilha para elucidar o ocorrido, construir uma síntese política da epopeia, denunciar a ditadura e auxiliar os familiares na possibilidade de localização dos corpos. No início dos anos 1980, ocorreu uma caravana de familiares para a região, quando constataram, em choque, o destino dos seus parentes nas mãos da repressão política.

Essa primeira expedição contou com o apoio do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) e com a presença dos militantes do PCdoB que estiveram no território durante o conflito, precisamente com o intuito de fazer a ligação das famílias com a comunidade. Constataram, ainda, que a população local continuava sofrendo com as marcas da violência desferida, uma vez que viviam sob os ditames da ditadura civil-militar, pois a repressão grassava todo o entorno daquele lócus por ser área de segurança nacional. Mediante relatos das situações extremas de dor, vivenciadas pelos combatentes, o que ficou de saldo foi precisamente a politização dessas famílias, uma vez que muitos nunca tiveram participação política ativa. Desta forma, com o conhecimento dos fatos transcorridos, precisaram granjear forças para lutar contra a ditadura nos seus anos finais, e, com certeza, buscar uma elucidação definitiva dos restos mortais das vítimas do Araguaia.

Mesmo com tanta dor e empenho, efetivamente não puderam fazer valer os anseios das famílias pela revelação dos crimes, visto que a ditadura, no seu crepúsculo, ainda tinha muita força política (sobretudo visando a ocultar os crimes cometidos) e não estava disposta, de forma alguma, que esses fossem avivados. De acordo com o pacto de transição para a democracia, efetivado entre as elites políticas e os militares (SHARE;

(MEZAROBBA, 2003). Também será objeto de intensa discussão durante a Comissão Nacional da Verdade. Ver a lei in.: BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

MAINWARING, 1986), um dos pontos que não poderia gerar discussões era, justamente, os crimes de lesa-humanidade cometidos pela corporação militar e encobertos pelo manto da autoanistia de 1979. Em síntese, com a passagem da ditadura para a democracia de forma indireta, em 1985, apenas houve a transição dos procedimentos instrumentais mínimos para as garantias institucionais (DAHL, 2005), uma vez que a corporação militar continuava ativa e conduzindo as diretrizes da transição pactuada, como se mantivesse verdadeiros enclaves ditatoriais na jovem democracia nascente (ZAVERUCHA, 1992).

Assim, as perguntas das famílias continuavam sem respostas: onde está meu/minha filho/filha? O Estado não apresentava respostas e, mesmo com a tentativa de busca sistemática, igualmente os militares se negavam a comentar o assunto, colocando definitivamente um ponto final na Guerrilha do Araguaia, como se essa nunca estivesse acontecido. Seria, portanto, a “história oficial” das forças armadas que se petrificava em conluio com a Nova República, que nascia pactuada com o silêncio. Não obstante, o polo oposto o PCdoB emergia da clandestinidade e estava disposto a confrontar essa história erigida e trazer luz aos seus militantes que morreram sob combate na floresta. Esforços à parte, devemos enfatizar que o PCdoB, assim como a esquerda, em sua totalidade, ainda eram vozes subalternas na grande política nacional, tendo, por conseguinte, pouco poder de reverberação das denúncias.

Talvez possamos dizer que as mudanças começaram a ocorrer com a posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, na presidência da República, pois FHC foi outrora um oponente da ditadura, tendo um comprometimento direto com as vítimas para elucidar os fatos e os demais acontecimentos relativos ao período ditatorial. No seu primeiro governo, edita a Lei nº 9.140 (BRASIL, 1995) que reconhecia oficialmente as mortes presumidas pelo Estado, inclusive os guerrilheiros do Araguaia. Dessa forma, muitas famílias puderam requisitar na justiça a presunção da morte de seus familiares e, finalmente, retirar a certidão de óbito, apesar disso, nada sabiam sobre a localização dos corpos, pois as forças armadas tinham se fechado completamente sobre o tema e falavam que qualquer revisão soaria como revanchismo.

No final do seu governo FHC edita a Lei nº 10.559 (BRASIL, 2002), abarcando como marco temporal o período entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, a fim de declarar como anistiados os cidadãos que foram vítimas do arbítrio do Estado via perseguição comprovadamente político-ideológica e com prejuízos diretos ou reflexos nas atividades laborais. Incluía, como esperado, os militantes do PCdoB arrolados nos eventos da guerrilha. Ou seja, embora com tímida legislação acerca de uma justiça

transacional, na medida do possível dava algum alento para as vítimas que foram massacradas pela força ditatorial.

Porém, algumas páginas ainda ficaram em aberto, especialmente no que se refere à população camponesa da região do Araguaia, visto que tiveram pouca ou nula requisição atendida sobre as atrocidades ocorridas. Do mesmo modo, foram raros os camponeses que puderam voltar para as suas terras em face da expulsão pelas forças armadas, assim como tiveram grande dificuldades de cobrar as reparações legais institucionalizadas pela Comissão da Anistia. De acordo com os relatos dos próprios camponeses, há necessidade de apresentar uma série de documentos, assim como saber manejar instrumentos legais e jurídico, repertórios que estão muito aquém da linguagem ainda marcadamente oral dessa comunidade e sem conhecimento legal para a cobrança das reparações requeridas.

Conforme estudo, as deliberações acerca do Araguaia enfocando os camponeses começaram a ser trabalhados a partir da assunção do governo Lula, no ano de 2005, cujos trâmites tiveram continuidade nos anos posteriores. Mas, a matéria acerca do tema sofreu um corte abrupto a partir de 2019, quando passou a fazer parte da pasta da Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos⁷, inclusive com indeferimento no dia 18 de fevereiro em 2020 de centenas de requerimentos sob alegação de falta de provas e ausência da materialidade do Estado (FIGUEIREDO; GOMES, 2020).

Fechando as discussões sobre a Guerrilha do Araguaia, talvez possamos afirmar que o evento aconteceu longe demais dos grandes centros urbanos, e, justamente por esse motivo, teve pouca evidência política em um primeiro momento nos cenários das lutas contra a ditadura civil-militar naquele período (em face da severa censura) mesmo com a envergadura das ações empreendidas e pelo tempo de embate empreendido. Da mesma forma, esse distanciamento geográfico replicou na falta de um trabalho jurídico mais efetivo de apoio às comunidades ribeirinhas e camponesas, legando *ad infinitum* um sentimento de falta de justiça, fato esse que é agravado pelo medo de falar sobre o tema, uma vez que muitas das figuras do período ditatorial ainda possuem força política ativa. Como consequência, cala — pelo trauma e pela coação — a voz dos moradores por meio do terror vivido nos anos que se seguiram após o fim da guerrilha, conforme as denúncias registradas durante as oitivas da Comissão Nacional da Verdade (REINA, 2019).

⁷ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia/sessoes>. Acessado em 18/04/2022.

Conclusão

Um período de 50 anos cobre o início da Guerrilha do Araguaia até escrita deste artigo, de acordo com o objetivo principal empreendido, visamos a examinar o conflito político e seus desdobramentos. A partir desse enfoque, enfatizamos que compreendemos o Araguaia não como um evento isolado nos embates políticos contra a ditadura, no período da luta armada, mas como parte constitutiva de todo o corolário de opções armadas e tendo o PCdoB o seu protagonismo na zona rural. Dessa forma, também entendemos que a política implementada pelo PCdoB respondia, ao mesmo tempo, tanto aos fluxos emanados do plano internacional quanto das condições objetivas nacionais que impulsionavam essa empreitada guerrilheira, conforme examinado através da linha tático-estratégica de Guerra Popular Prolongada do partido. Neste sentido, a epopeia guerrilheira foi fruto dessa síntese combinada e que levou um grande contingente de militantes a optar por esse embate nas selvas amazônicas.

Ao analisar detidamente, verificamos que foi um conflito extremamente desproporcional, pois as forças armadas contavam com um efetivo militar de peso e descomunal; em contrapartida, os militantes tinham pouco mais de 60 militantes e um frágil apoio da população local, exatamente em face da força persecutória da corporação militar. Entretanto, o lado favorável dos guerrilheiros era efetivado pelo comprometimento dos seus ideais políticos assumidos, pelo treinamento sistemático da região e, precisamente, pelo amparo da população nos momentos mais íngremes, sobretudo como fruto das vivências recíprocas que tiveram em comum nos anos iniciais antes da eclosão do conflito. Destacamos a importância dessa reciprocidade construída, explicada pelo fato de que muitos guerrilheiros também fizeram uso de suas profissões de origem e auxiliaram, na medida do possível, a vida sofrida daquela população camponesa.

Embora todo o empenho dos guerrilheiros e da Comissão Política Militar do PCdoB, não conseguiram fazer frente à violência impetrada em toda região — sobrando uma vastidão de crimes cometidos pelas forças armadas, tanto para os guerrilheiros como para os camponeses — evidenciamos que toda essa área ainda hoje sofre os reflexos da ação repressiva implementada pelo exército, deixando para a região um perene conflito pela terra e legando à população um estado de contínuo terror, justificado em virtude que muitos personagens se erigiram como força política ativa na região, como o Major Curió.

Buscando concluir este artigo, mas sem fazer um fecho definitivo em virtude que muitos pontos acerca da guerrilha ainda precisam ser elucidados — ratificamos que um conjunto expressivo de vítimas ainda necessita ter assegurados seus direitos de justiça. A partir do exposto, acuradamente devemos possuir um olhar detido aos mortos e desaparecidos políticos, de modo que se esclareçam as reais circunstâncias de seus assassinatos e ocorra a revelação dos seus corpos, e à população da região do Araguaia, que convive *ad infinitum* com essa situação de medo, perseguição e monitoramento sistemático (CAMPOS FILHO, 2014). Por fim, cumpre que sejam explicitados, com o fito de denúncia, os crimes de lesa-humanidade de sequestro em caráter contínuo das crianças, filhas dos militantes comunistas (REINA, 2019), que, até hoje, não contam com uma posição oficial do Estado brasileiro. Talvez, essas sejam denúncias que necessitam ser avivadas de modo a servir para aprimorar a nossa inconclusa Justiça de Transição à brasileira, e que, com certeza, possam refletir na própria reconstrução da nossa cambaleante democracia em uma futura quadra histórica, exatamente para *que nunca se esqueça e para que nunca mais aconteça*.

Referências

- AARAO REIS FILHO, Daniel. O maoísmo e a trajetória da esquerda brasileira. In: AARAO REIS FILHO, Daniel & QUARTIM, João (Orgs). *História do Marxismo no Brasil*. O Impacto das Revoluções. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, V 1, p. 105-132, 1991.
- AMAZONAS, João. *30 de anos de confronto ideológicos*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1990.
- ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da ação popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 115-152, dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/53185/36144>>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.
- BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de Luta*. A Vida de Carlos Danielli. São Paulo: ed. Anita Garibaldi, 2002.
- BRASIL. *Lei Nº 6.683*, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm> Acesso em: 18 de abr. de 2022.

_____. *Lei nº 9.140*, de 4 de dezembro, 1995. Reconhece como mortas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

_____. *Lei Nº 10.559*, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm >. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

_____. *Lei nº 12.528*, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

CHACEL, Cristina. *Seu amigo esteve aqui*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2012.

_____, Romualdo Pessoa. *Araguaia: depois da Guerrilha outra guerra*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2014.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo; GOMES, Irene. Camponeses atingidos pela Guerrilha do Araguaia: os limites institucionais da Comissão de Anistia. *Sillogés* – v.3. n.1. jan./jun. p. 248-271, 2020. Disponível em: < <http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/107/0>>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

KINZO, Maria D`Alva Gil. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB – 1966/1979*. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e as suas consequências – um estudo de caso brasileiro*. 213f. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2003.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos históricos: In.: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o exército liquidou o Comitê Central do PCdoB* - São Paulo 1976. São Paulo: Busca Vida, 1987

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1980.

REINA, Eduardo. *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Ed. Alameda, 2019.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição pela transação: a democratização no Brasil e na Espanha. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, V. 29, N 2, p. 207-236, 1986. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-UdDW31gOrJfd2Rf8aJxPBitcIY3g4Hs/edit>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos Cruzados: Trajetória e desaparecimento de quatro gaúchos no Araguaia*. Dissertação (Mestrado em história). UNISINOS, São Leopoldo, 2006.

ZAVERUCHA, Jorge. Prerrogativas militares nas transições brasileiras, argentinas e espanholas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, N. 19, p. 56-65, 1992.

Disponível em:

< http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/19/rbcs19_06.pdf>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

Sites citados:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia-1/sessoes>>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.